



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA/UFRB**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM ÊNFASE EM**  
**CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

**REIJANE SANTOS DA SILVA**

**A VISÃO DA COMUNIDADE SOBRE FECHAMENTO DA ESCOLA DO CAMPO**  
**NO MUNICÍPIO DE MILAGRES-BA:**

O caso da Escola Estadual dos Dez Reis

**AMARGOSA- BA**

**2022**

**REIJANE SANTOS DA SILVA**

**A VISÃO DA COMUNIDADE SOBRE FECHAMENTO DA ESCOLA DO CAMPO  
NO MUNICÍPIO DE MILAGRES-BA:  
O caso da Escola Estadual dos Dez Reis**

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, apresentado como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.

Orientadora: Profa. Dra. Terciana Vidal Moura

**AMARGOSA- BA  
2022**

**REIJANE SANTOS DA SILVA**

**A VISÃO DA COMUNIDADE SOBRE FECHAMENTO DA ESCOLA DO CAMPO  
NO MUNICÍPIO DE MILAGRES-BA:**

O caso da Escola Estadual dos Dez Reis

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, apresentado como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.

APROVADA EM: 23/12/2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Terciana Vidal Moura  
(CCAAB/ UFRB) – Orientadora

---

Profa. Dra. Nanci Rodrigues Orrico  
(CFP/ UFRB/ CETENS) – Examinadora

---

Prof. Ma. Inaiara Alves Rolim  
(SEC Serra do Ramalho/ UFRB) – Examinador

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha vida, por impulsionar a seguir em frente, permitindo-me alcançar mais um dos meus objetivos na vida acadêmica. Com a sua guia, ultrapassei os obstáculos encontrados ao longo da minha graduação e agora eis-me aqui, na reta final da conclusão do curso.

Por Permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho, fazendo com que meus objetivos fossem alcançados.

Aos sujeitos do campo que resistiram e resistem em permanecerem nesse espaço, lutando por uma vida digna, justa e pelos seus direitos sociais que foram negados ao longo dos tempos, sobretudo o da garantia da escola em sua comunidade, o que demonstra resistência diante da política de fechamento.

A minha família que foi um dos pontos de partida no âmbito formal pra minha vida, a minha mãe que mim fortaleceu desde do início do curso, aos meus ex-professores do ensino médio que contribuíram com a minha formação.

Aos familiares, meu pai, minha mãe e tios. Aqui destaco a contribuição de tio Carlito e de sua esposa, que me acolheram em sua casa no início do curso e por terem me incentivado a permanecer no curso.

Aos meus ex-professores do Ensino fundamental e do Ensino Médio, professor, Jildazio, Ana Paula, Valdemira e Jenivaldo pelas contribuições na minha.

Sou grata também a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho de pesquisa e que participaram, direta ou indiretamente, enriquecendo o meu processo de aprendizado. Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica, eu agradeço de coração. E aos meus colegas de 2016 da Graduação eu também expressei os meus sinceros agradecimentos por partilharem essa trajetória de ensino/aprendizagem comigo.

Aos parentes, pela contribuição da minha permanência no curso.

Aos funcionários da UFRB, em especial Mirian, obrigada pela amizade dedicação e profissionalismo.

Ao conjunto de sujeitos, estudantes e pesquisadores que têm fomentado as discussões no âmbito do fechamento das escolas do campo.

Aos colegas que de forma alguma contribuíram no processo de meu fortalecimento acadêmico.

Às professoras Terciana Vidal Moura, minha orientadora e Inaiara Rolim que foi coorientadora, que com toda paciência do mundo conduziram as orientações mais importantes dessa pesquisa.

Aos professores do curso.

*Gratidão a todos vocês que fizeram parte nos momentos de graduação e percorreram essa trajetória comigo!*

## RESUMO

Esta pesquisa é fruto de uma pesquisa realizada na Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e tem como foco refletir sobre a visão da comunidade a respeito do fechamento da Escola Estadual dos Dez Reis do município de Milagres-Bahia. Esta pesquisa parte da compreensão de que o fechamento das escolas do campo tem sido uma preocupação nas localidades rurais, pois cada escola fechada impacta negativamente e evidencia diversos problemas para os alunos que vivem no campo, bem como implicações para própria vida e dinâmica da comunidade onde a escola está localizada. Assim, esta investigação buscou sistematizar a história da Escola Estadual dos Dez Reis contada pelos sujeitos da pesquisa; identificar as consequências educacionais provocado pelo fechamento da escola quanto ao acesso dos moradores à escolarização; identificar as consequências na comunidade provocadas pelo fechamento da escola; e sistematizar os principais aspectos apontados pela comunidade em relação ao fechamento da escola. Para compreender o fenômeno do fechamento das escolas do campo, a pesquisa seguiu os princípios da abordagem qualitativa, por entendermos ser a mais adequada para dar contas da questão e objetivos da pesquisa. A pesquisa teve como campo empírico a Escola Estadual do Dez Reis, município de Milagres-BA. Como sujeitos da pesquisa contamos com a participação dos moradores da comunidade que tiveram uma relação mais direta com a escola como: professores, ex-alunos e moradores. Como técnica de pesquisa utilizamos análise documental e entrevista semiestruturada. Como resultado dessa investigação, destacamos que: o fechamento da Escola Estadual dos Dez Reis foi feito sem uma reflexão ou diálogo sobre os impactos desse processo na comunidade; a ausência da escola é uma realidade que impõe inúmeros desafios aos estudantes para concluírem a educação básica; a Comunidade Dez Reis teve um grande esvaziamento, pois o fechamento da escola alterou toda a dinâmica do modo de vida na comunidade. Como considerações apontamos que resistir contra o processo de fechamento de escolas do campo, implica a necessidade de reorganização da educação das comunidades camponesas a partir de suas especificidades socioculturais e o reconhecimento da identidade das escolas desse espaço.

**Palavras- chaves:** Educação do Campo; Escola do Campo; Fechamento de Escolas.

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES.....</b>	<b>13</b>
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 Contexto da pesquisa.....</b>	<b>19</b>
<b>3.2 Participantes da pesquisa.....</b>	<b>22</b>
<b>3.3 Procedimentos e instrumento para levantamento de dados.....</b>	<b>23</b>
<b>4 IMPLICAÇÕES DO FECHAMENTO DA ESCOLA ESTADUAL DOS DEZ REIS: A VISÃO DA COMUNIDADE.....</b>	<b>25</b>
<b>4.1 Histórico da Escola Estadual dos Dez Reis.....</b>	<b>25</b>
<b>4.2 A visão da comunidade sobre o fechamento da Escola Estadual Dos Dez Reis.....</b>	<b>25</b>
<b>4.3 Consequências educacionais provocadas pelo fechamento da Escola na comunidade dos Dez Reis.....</b>	<b>28</b>
<b>4.4 Consequências provocadas na pelo fechamento da escola na comunidade.....</b>	<b>29</b>
<b>4.5 Os principais aspectos apontados pela comunidade em relação ao fechamento da escola.....</b>	<b>30</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como foco, a visão da comunidade sobre o fechamento da Escola Estadual dos Dez Reis do município de Milagres-Bahia. O fechamento das escolas do campo tem sido uma preocupação nas localidades rurais, pois cada escola fechada impacta e evidenciam diversos problemas para os alunos que vivem no campo, bem como implicações para própria vida e dinâmica da comunidade onde a escola foi fechada.

Nesse contexto de luta, sou uma mulher preta, filha de Judite Maria Jesus dos Santos e Raimundo de Jesus da Silva, pequenos agricultores da região de Milagres-BA; nasci em Amargosa-BA, mas fui criada em uma comunidade campesina da cidade a comunidade era pequena com poucos moradores chamada Capelinha, localizada na cidade de Milagres-BA. Minha infância foi de poucos amigos, mas tinha meus irmãos para me acompanhar nas brincadeiras ao ar livre.

Por muito tempo vivi em uma comunidade, que como tantas outras no Brasil, não tinha escola, posto de saúde e energia elétrica. Ingressei na escola apenas aos 7 anos de idade junto com minhas irmãs e irmãos; desse período trago em minhas memórias os 12 longos quilômetros percorridos para chegar até a escola, pois o município não ofertava transporte escolar, e a ausência da merenda na escola, já que minha família não tinha condições financeiras para nos oferecer uma alimentação de qualidade e suficiente para nossa fase de crescimento.

Assim, fui alfabetizada e fiz os anos iniciais do Ensino Fundamental na escola Estadual dos Dez Reis do município de Milagres, escola na qual realizei minha pesquisa monográfica. A pesquisa de campo me possibilitou conhecer a comunidade Dez Reis mais profundamente; a escola, construída em 1962 pelo prefeito João Leão Sales, era considerada como uns dos pontos mais importantes na comunidade, pois era um espaço com grande movimentação de pessoas na comunidade, mas, após 48 anos funcionando, foi fechada em 2010. A desativação da escola se constituiu grande perda para a comunidade, pois o fechamento de escolas do campo impacta negativamente na vida dos estudantes e na existência das comunidades rurais: intensifica a migração campo-cidade e enfraquece as comunidades (HAGE, 2014).

O período de estudos dos anos finais do Ensino Fundamental foi marcado por grande tensão: precisei ir estudar na cidade, na escola Centro Educacional. Nessa época, eu tinha um forte sentimento de resistência quando chegava à escola porque eu não gostava de estudar; alguns professores me aconselhavam a estudar, argumentando que a educação seria fundamental em minha vida, não apenas para encontrar um trabalho, mas para poder mudar

minha realidade e ajudar meus pares. Refleti bastante sobre as palavras de meus professores e, ao longo do tempo, passei a me dedicar e valorizar os estudos e o trabalho dos professores. Dessa época trago uma imagem vívida em minha mente, uma aula de Artes quando nos foi solicitado que desenhassemos o que queríamos ser futuramente e, após pensar sobre toda minha trajetória, fiz o desenho de uma professora. Naquele momento tive a certeza de que seria uma professora.

Revisitando as páginas da história da minha vida escolar, percebo que a escola Estadual dos Dez Reis foi muito importante na minha trajetória de vida estudantil, porque ela foi palco das brincadeiras com os coleguinhas na minha infância e local onde eu tinha alimentação garantida, pois muitas vezes eu não tinha em minha casa devido a questões financeiras. Era comum minha mãe levar seu ‘almoço’ para o trabalho, mas deixava para os seus filhos para a janta da noite; rememorar esses momentos de meu passado me faz ver como era difícil a extrema pobreza que a minha família enfrentava e como a fome atrapalhava o processo de aprendizagem. Entretanto, tudo que vivi me tornou mais forte, mais consciente de meus direitos e me tornou capaz de lutar por uma sociedade mais justa e digna.

Outra lembrança que tenho e que faz parte da realidade de muitas crianças campesinas é o longo trajeto que percorria dentro do transporte escolar para chegar até a escola, percurso que durou 5 anos; era muito estafante, o carro que fazia trajeto para buscar os alunos era da própria comunidade, mas tinha que fazer um trajeto nas comunidades para levar os alunos das comunidades Lagoa funda, Capelinha, onde eu morava, e Rua da Mamona. Foi uma época marcada por grandes dificuldades, pois os estudantes do campo sofrem muito com a falta de efetivação de políticas públicas. Não tínhamos uniformes ou uma bolsa para material escolar, usávamos uma roupa durante a semana e levávamos nossos cadernos em uma sacola plástica.

Apesar de todos os desafios enfrentados no meu processo de escolarização, na minha infância eu gostava sempre de ler contos dos livrinhos de historinhas que a professora nos dava para ler; eu parava nos finais de semana e lia os livros; hoje vejo como foi bom realizar aquelas leituras.

Algum tempo depois, a minha família passou a morar na comunidade Lagoa Funda, época em que tivemos um pouco mais de conforto, pois tivemos acesso à energia elétrica, água encanada e aproximação com outras famílias. Hoje que as dificuldades que já vivenciei e as lutas enfrentadas me deram forças para conseguir ingressar na faculdade de direito na Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, entretanto, devido a condições financeiras não pude continuar. Mais uma vez não me deixei abater diante das dificuldades e consegui

passar no vestibular de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Na Licenciatura em Educação do Campo me dediquei a estudar e pesquisar sobre esse tema que marcou minha vida porque faz parte da minha história: o fechamento da escola de minha comunidade. Essa pesquisa é importante porque levanta a bandeira da resistência contra o fechamento de escolas do campo e problematiza a realidade das comunidades campesinas, que sofrem com a imprecisão e descontinuidade de políticas públicas.

Nesse sentido, a investigação envolvendo a problemática sobre o fechamento das escolas do campo, partiu das inquietações e relações profissionais e pessoais com esse espaço. Essa produção de conhecimento busca construir um registro da história de luta, resistência e desafios de muitas gerações em busca de melhorias para o seu povo do campo. Desse modo, esta pesquisa teve como questão investigativa: Qual a visão da comunidade sobre o fechamento da escola Estadual do Dez Rei, localizada na comunidade do Dez Reis Milagres-Bahia?

Esta pesquisa teve como objetivo geral: analisar a visão da comunidade sobre o fechamento da escola Estadual do Dez Reis – Milagres – BA. Este objetivo desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: sistematizar a história da Escola Estadual dos Dez Reis contada pelos sujeitos da pesquisa; identificar as consequências educacionais provocado pelo fechamento da escola quanto ao acesso dos moradores à escolarização; identificar as consequências na comunidade provocadas pelo fechamento da escola; e sistematizar os principais aspectos apontados pela comunidade em relação ao fechamento da escola.

Nesse contexto, o debate sobre a Educação do Campo ganha força nos anos de 1990 e trouxe para os espaços de Educação algumas tensões nos movimentos Sociais do Campo numa perspectiva onde se situa essas escolas, a uma educação contextualiza a sua realidade de qual é o campo da escola do campo. A educação campesina tem um poder de organização de luta e resistência, ela nasceu pelos movimentos de lutas, hoje estamos vivendo uma fase de resistência a educação no Brasil de modo geral, em virtude do contexto atual marcado pelos constantes ataques à educação pública, pelo negacionismo, políticas neoliberais, rebaixamento da formação da classe trabalhadora, avanço do agronegócio e a violência no campo e especificamente, uma tentativa de desmonte das políticas de Educação do Campo. Nesse contexto, o fechamento das escolas do campo faz parte dessas investidas.

O fechamento de escolas do campo aponta a necessidade de fortalecimento das lutas dos movimentos sociais do campo e revela as contradições de algumas políticas como a nucleação e o transporte escolar. Nesse contexto, o fechamento de escolas reflete o descaso com os alunos

e a comunidade, processo que fortalece o crescimento do êxodo rural. A população do campo permanece migrando para cidade em busca de trabalho e escola para seus filhos.

No contexto dos cortes no orçamento da educação e da fragilidade das políticas públicas para a questão agrária, o acesso à educação básica no campo torna-se elemento fundamental na construção de uma prática educativa que fortaleça os laços e identidades com a terra e elevação das possibilidades de permanência da população camponesa no campo. A educação brasileira, em especial no campo, está passando por entraves que geram grandes desafios na busca pela qualidade do ensino nas escolas campesinas. Apesar de alguns avanços baseados nas conquistas no âmbito da legislação e políticas educacionais para o campo, nos últimos anos, a educação ofertada aos camponeses continua sendo tratada com descaso pelos governantes.

Tendo como base o movimento da Educação do Campo e as leituras e discussões a respeito do fechamento de escolas campesinas, é possível inferir que o município de Milagres tem sido marcado por essa realidade esmagadora que desterritorializa os estudantes de seu espaço e de sua cultura. Esse fenômeno, o esvaziamento do campo, tem se acirrado no estado da Bahia e contribuído para que um número significativo de pessoas venha mudando das suas comunidades para os centros urbanos em busca de trabalho e, muitas das vezes, de escolarização, pois é comum que grande parte dos estudantes do campo saiam de seu território sem o Nível Médio de escolarização completo.

Tratando especificamente sobre o fechamento das escolas do campo no município de Milagres-Bahia, a pesquisa evidenciou que os estudantes das escolas que foram fechadas têm que se deslocar para cidade e estas ficam abandonadas, sendo utilizadas para outros fins. Nessa perspectiva, a pesquisa se constitui uma defesa da Educação do Campo e da escola na comunidade dos estudantes como uma questão de direito, afirmando a importância e complexidade que envolve o fechamento das escolas do campo para a comunidade. Assim, estudos de Baumann (2013), indicam que o fechamento das escolas localizadas nas comunidades rurais provoca o “fechamento” da comunidade. Isso porque, as escolas nessas localidades funcionam como coração que traz vida à comunidade e quando há o fechamento das escolas as comunidades se enfraquecem. Realidade que pode ser observada ao realizar uma análise a respeito das escolas campesinas do município de Milagres.

Nesse contexto, para compreender o fenômeno do fechamento das escolas do campo, a pesquisa seguiu os princípios da abordagem qualitativa, por entendermos ser a mais adequada para dar contas da questão e objetivos da pesquisa. A pesquisa teve como campo empírico a Escola Estadual do Dez Reis, município de Milagres – BA. Como sujeitos da pesquisa contamos com a participação dos moradores da comunidade que tiveram uma relação mais direta com a

escola como: professores, ex-alunos e moradores. Como técnica de pesquisa utilizamos análise documental e entrevista semiestruturada.

Este trabalho está estruturado, da seguinte forma: Introdução, com a apresentação da autora, exposição da problemática da pesquisa e seus objetivos, abordagem do tema e desenho metodológico; Capítulo teórico sobre o fechamento das escolas do campo; capítulo metodológico; capítulo de análise e discussão dos dados e as considerações finais.

## **2 O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES**

Num país colonizado como o Brasil, desde os meados do século XVI, que só consegue sua independência quase três séculos depois, em 1822 e que vai viver até 1889 sob a égide de um Império, tornando-se república pelas mãos de militares, que proporcionarão golpes sobre golpes até o fim do século XX. Num contexto como esse, não precisamos nos esforçar para afirmar que a educação, para a grande maioria do povo brasileiro, nunca foi prioridade do Estado. Se podemos especificar essa questão, imagine pensar na educação das populações do campo brasileiro, espaço onde se materializou quase quatro séculos de escravidão negra, onde se dizimou centenas de nações indígenas, onde a luta pela terra desde as Capitânicas Hereditárias, proporcionou o deplorável saldo que configura o Brasil, ainda hoje, num dos países com a maior concentração de terras do mundo.

O acesso à educação sempre foi possível para poucos, um privilégio, atendendo aos interesses de uma elite que historicamente se impunha no país. Imaginemos então, a situação da educação para a população dos povos do campo, compreendida apenas como simples mão-de-obra escrava ou barata para o latifúndio, mantida assim, na ignorância das letras, a ferro e fogo pelos senhores da terra.

A materialização da concepção da Educação do Campo, vincula-se aos Movimentos Sociais Camponeses que lutam por terra, educação, direitos, escola e desenvolvimento do campo. Ela exige novas práticas e posturas e, a sua implantação, não se dá sem conflitos. Apesar das dificuldades, o Movimento pela Educação do Campo conquistou importantes avanços na última década, colocando novas questões aos educadores, à escola, ao estado e à sociedade.

Sá, Molina e Barbosa (2011), destaca que a Educação do Campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas para manterem essa identidade como elementos essenciais de seu processo formativo. O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte dessas lutas. Parte relevante do Movimento da Educação do Campo tem-se voltado para a redução das intensas desigualdades e da precariedade do acesso à educação escolar, nos diferentes níveis, no meio rural.

O Movimento da Educação do Campo tem-se voltado para a redução das intensas desigualdades e da precariedade do acesso à educação escolar, nos diferentes níveis, no meio

rural. Dentre as graves carências, destacam-se: a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, as condições de funcionamento das escolas do campo, marcadas por estruturas extremamente precárias, nas quais, os alunos não tem acesso ao serviço de biblioteca, internet, laboratório de ciências, etc.

Helena Célia de Abreu Freitas (2011), apresenta o histórico da Educação do Campo, desde as raízes do movimento em 1960, até retomada da luta pelos movimentos sociais nos anos 1980, estacando os principais encontros e conferências que propiciaram o avanço da luta nas últimas décadas. Traz uma breve análise das principais políticas públicas de Educação do Campo criadas atendendo as demandas apresentadas pelo Movimento pela Educação do Campo: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e Escola Ativa, destacando a importância destas na constituição e fortalecimento da Educação do Campo no Brasil.

Segundo Costa et al (2016), o debate da Educação do Campo a partir dos anos de 1990, vem conquistando o espaço na agenda da educação brasileira, em meio a muitas tensões e embates duros entre instituições, movimentos sociais do campo e o Estado brasileiro. A luta pela constituição dessa agenda nacional, deve-se inexoravelmente aos movimentos sociais do campo e instituições que historicamente trabalham na perspectiva da Educação do Campo, que além de denunciar a situação de descaso com as escolas situadas no campo brasileiro. Assim, somente após anos 2000, vamos ter uma série de reconhecimentos legais e institucionais o direito dos povos do Campo, das águas e das florestas a ter o direito a uma Educação contextualizada a sua realidade.

Apesar das conquistas da Educação do Campo nas últimas décadas, no campo das correlações de força e contradições sociais, vivenciamos um cenário de recorrentes ataques à estas conquistas. Dentro da perspectiva de projetos em disputa, o projeto do capital tem realizado constantes investidas para o desmonte da Educação do Campo enquanto projeto contra hegemônico, protagonizado pelos movimentos sociais e pela classe trabalhadora do campo. Dentre as várias investidas, podemos destacar a tentativa de cooptação da Educação do Campo pelo Estado, as políticas neoliberais e neoconservadores, o rebaixamento da formação da classe trabalhadora do campo, com a adoção da formação por competências e habilidades, o avanço do empresariado da educação na definição das políticas educacionais. Em uma perspectiva mais macro, o fortalecimento do Estado Gerencial, que coloca a educação como uma questão de serviço e não como um direito. Destacamos também, o avanço do Agronegócio

no campo brasileiro, que tem provocado um processo crescente de êxodo rural e contribuído para acirrar os conflitos e violência no campo.

Nessa conjuntura, o fechamento das escolas do campo que vem ocorrendo nos últimos anos, destaca-se como resultado da ofensiva do projeto do capital para enfraquecimento da Educação do Campo, enquanto projeto de sociedade e educação contra hegemônico. O fechamento de escolas do campo vem sendo denunciado como um crime contra a nação brasileira. Como bem situa, Santos e Garcia (2002), ao afirmar que, “o fechamento de escolas do campo está baseado em um projeto de sociedade da e para a classe dominante, em que o Estado é cúmplice por meio de seus arranjos políticos”. Nesse sentido, o Estado brasileiro tem contribuído efetivamente no crescente processo de fechamento das escolas do campo, ao fortalecer e apontar como solução para as grandes questões que atingem a qualidade da educação ofertada às populações do campo, a nucleação e transporte escolar.

A nucleação escolar, tem sido motivada por algumas justificativas como: baixa densidade populacional que reduz o número de alunos das escolas, a falta de qualidade do ensino multisseriado, melhor gerenciamento das escolas pela equipe administrativa/pedagógica, racionalização da gestão e dos serviços escolares. Porém, aqui defendemos que a nucleação compreende um processo ancorado pela lógica gerencial e mercadológica, pois os critérios para sua materialização, sempre se dão na perspectiva do custo-benefício, na tentativa de atender as prerrogativas do estado neoliberal.

Para Gonçalves e Bicalho (2020) e Rodrigues et al (2017), a nucleação das escolas do campo favorece o fechamento das pequenas escolas do campo e gera como consequência, o processo de desarraigamento cultural dos estudantes, o sofrimento e cansaço pelas longas distâncias muitas vezes percorridas para chegar até a escola, pois retira crianças e jovens de suas comunidades para estudar em escolas nas sedes dos municípios ou em comunidades muito distantes de suas residências.

Segundo Gonçalves, a nucleação “viabiliza-se por meio do uso intensivo do transporte escolar e deslocamento de alunos desde suas comunidades para escolas com maior população, onde estes são reunidos em classes de acordo com sua faixa etária” (GONÇALVES, 2020. p. 1). As escolas nucleadas se concentram em comunidades mais centrais em determinadas regiões dos municípios e comportam um número relativamente alto de estudantes oriundos das comunidades do campo. Muitos estudantes são transportados das suas comunidades de origem, desde a educação infantil até o 9º ano, muitos chegam a ter mais tempo de viagem da casa para a escola e vice-versa, do que de aula, propriamente, comprometendo o próprio direito à aprendizagem.

Apontamos também que a nucleação escolar tem fortalecido o transporte escolar nos municípios, gerando alto impacto financeiro aos cofres públicos, uma vez que nos últimos anos o repasse a política do transporte escolar tem aumentado consideravelmente como aponta Ferreira e Brandão (2017), “o expressivo aumento no repasse do PNATE aos estados e municípios deveria possibilitar a continuidade das escolas no campo, não justificando a continuidade do fechamento das mesmas e a política do transporte escolar para os centros urbanos” (FERREIRA & BRANDÃO, 2017, p. 83). Esse posicionamento dos autores revela uma grande contradição, pois tenciona o argumento de que, o transporte escolar geraria mais economia para aos cofres públicos e melhoraria a qualidade da educação ofertada aos alunos oriundos do campo na medida em que migrassem para a escola da cidade. Nesse sentido, como asseguram Ferreira e Brandão:

A análise indica que o traslado e a concentração de alunos no meio urbano ofende os direitos básicos das crianças e dos adolescentes, conforme Lei n. 8.069 (1990) em idade escolar, trazendo prejuízos à própria identidade cultural, à aprendizagem, à formação e ao desenvolvimento cognitivo, por perderem a vivência da infância durante os longos trajetos até as escolas situadas nos centros urbanos, unicamente para preencher critérios de conveniências políticas das administrações municipais e estaduais, sem estudos científicos e sociais que comprovem as decisões dos gestores públicos. (FERREIRA & BRANDÃO, 2017, p. 83).

A Resolução nº 02, de 28 de abril de 2008 em seu Art. 1º afirma que a Educação Básica do Campo compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica integrada com o Ensino Médio e destina-se a atendimento das populações do campo. Em seu art. 3º afirma que a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se assim, os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças (BRASIL, 2008).

Algo muito importante em relação ao não fechamento de escolas do campo, pois afirma que o deslocamento das crianças deve efetivar-se somente em caso de extrema necessidade, uma vez que a prioridade do ensino deve ser nas escolas localizadas próximas as comunidades. Lembramos também que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), no Art. 53, inciso V, determina que a criança e ao adolescente têm direito à educação e o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Nesse sentido, Lazaretti e França (2021), tem defendido que manter a escola no campo e na comunidade, pode gerar menos custo em relação

ao transporte escolar, além de evitar o deslocamento dos estudantes por longas distâncias a caminho da escola. (LAZARETTI & FRANÇA, 2021. p. 6).

Destacamos também que existe no Brasil uma legislação específica que coíbe o fechamento de escolas do campo. Uma conquista da classe trabalhadora do Campo e dos Movimentos Sociais do Campo. Trata-se da Lei de nº 12.960, de 27 de março de 2014, sancionada pela ex. Presidente Dilma Rousseff no qual alterou o Art. 28 da LDB nº 9394/96, estabelecendo que para fechar uma escola do campo, é necessário antes, dialogar antes com a comunidade, sendo que a escola só poderá ser fechada mediante consentimento da mesma.

Porém, apesar da legislação específica, o fechamento de escolas no campo vem crescendo de forma substancial nas últimas décadas. Segundo o MST, em 21 anos, mais de 80.000 mil escolas do campo foram fechadas no Brasil entre os anos de 1997 a 2018. Diante dessa realidade, o MST promoveu uma campanha nacional em 2011 contra o fechamento das escolas do campo, intitulada “Fechar Escola do Campo é Crime”. E aponta as razões para não se fechar uma escola do campo:

- As crianças, jovens e idosos tem direito a ter educação no lugar onde vivem;
- Os povos do campo têm direito a escolas com condições físicas e pedagógicas adequadas;
- A escola do campo valoriza a história, a cultura e a produção dos trabalhadores do campo;
- Estudar próximo da residência diminui a evasão;
- Nas escolas da cidade os estudantes do campo perdem a referência de sua comunidade;
- Por lei as escolas do campo com poucos estudantes são viáveis.

Afirmamos aqui, a importância fundante da escola do campo para materialização da luta e da própria Educação do Campo, considerando seu papel estratégico e político na formação dos sujeitos do campo, pois a escola do campo pode contribuir para a formação de novas gerações de intelectuais orgânicos capazes de protagonizar a contra hegemonia que a Educação do Campo demanda.

Infelizmente, apesar da importância da escola do campo na comunidade, os dos sistemas estaduais e municipais de ensino, tem optado pela política de fechamento das escolas do campo, por meio da nucleação e da oferta de transporte dos educandos para escolas urbanas. Essa política já foi reiteradamente criticada e condenada pelo MEC, pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pelo CNE, visto que contribui para a evasão, a repetência e a distorção

série-idade, na medida em que as viagens realizadas pelos estudantes de casa até a escola são cansativas, constituindo-se em fator de desistência.

Por isso, Caldart tem afirmado que, “a reconstituição da função social das escolas do campo começa pelo que parece óbvio que é garantir o acesso das comunidades camponesas à escola pública em seus próprios territórios” (CALDART, 2020. p. 7). Na mesma linha de pensamento, Maia (2021), aponta que “um dos requisitos para concretizar o direito à educação da população do campo é que a escola esteja próxima à criança” (MAIA, 2021. p. 197).

Segundo Molina e Sá (2012), as escolas do campo nascem e se desenvolvem no bojo da Educação do Campo a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de lutas dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. A escola representa um dos mais importantes projetos da Educação do Campo. (MOLINA & SÁ, 2012. p. 324). Assim, fechar escolas representa um violento ataque à própria humanização da população da nação brasileira.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

A metodologia de uma pesquisa se constitui na descrição do caminho detalhado que o pesquisador utilizou para encontrar as respostas para o problema e indagações que originaram a pesquisa e quais métodos utilizou para chegar ao resultado. Assim, a metodologia apresenta de maneira detalhada como se deu a construção do seu trabalho. Conforme Oliveira (1998), o objeto da metodologia é, então, o de estudar as possibilidades explicativas dos diferentes métodos, situando as peculiaridades de cada um, as diferenças, as divergências, bem como os aspectos em comum. (OLIVEIRA, 1998). Nesse sentido, o método de pesquisa adotado e os instrumentos de pesquisa tiveram como foco o fechamento de escolas do campo.

Assim, para a construção da reflexão a respeito da visão da comunidade sobre o fechamento da Escola Estadual dos Dez Reis do município de Milagres – BA e como este fenômeno impactou na vida da comunidade, esta pesquisa seguiu a abordagem qualitativa que, de acordo Minayo (1994), “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 1994. p. 21-22). Esse tipo de abordagem favoreceu a ampliação da compreensão e interpretação do fenômeno estudado por meio da inserção do pesquisador no mundo simbólico e subjetivo dos participantes da pesquisa e implicou a realização de uma análise interpretativa dos significados atribuídos pelos participantes da pesquisa ao fenômeno em estudo.

O tipo de pesquisa adotado para a realização da investigação foi a pesquisa participante, que segundo Thiollent (1985) nasce da necessidade de conhecer e estudar os problemas da população envolvida. Como sou uma estudante do campo que passou pelas mazelas de pertencer a uma escola do campo que foi fechada, sendo obrigada a deslocar-se para outra localidade para estudar, esta pesquisa é natural e nasceu das inquietações e questionamentos dos estudantes e dos moradores da comunidade a respeito desse processo. Dessa forma, minha implicação com o tema da pesquisa, com a comunidade, com a Educação do Campo e meu laço com os participantes da pesquisa justificam essa opção metodológica de pesquisa.

#### **3.1 Contexto da pesquisa**

Milagres é uma cidade do Estado do Bahia e seus habitantes se chamam Milagrenses. O município se estende por 284,4 km<sup>2</sup> e contava com 10 950 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 38,5 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Tem como

vizinhos os municípios de Nova Itarana, Tanquinho e Amargosa, Milagres se situa a 32 km ao Norte-Oeste de Amargosa a maior cidade nos arredores. No que concerne ao panorama dessa pesquisa, o município vem adotando um modelo de educação que vincula campo-cidade diante do desmonte da Educação do Campo, o que impacta diretamente na escolarização e vida do povo camponeses, pois, há uma fragilidade na valorização da escola que está situada no campo.

Os problemas que envolvem o Município de Milagres são diversos, como a concentração fundiária, o desemprego, a violência, o analfabetismo e tantos outros e, em meio à essas problemáticas, observamos no atual momento da história Milagrense, o fechamento das escolas no campo, que representam a possibilidade de permanência do sujeito no território camponês, visto que a escolarização pode contribuir para o fortalecimento dos laços com a terra. Os números que representam esse processo são preocupantes, pois nos últimos anos, 5 escolas foram fechadas no município de Milagres. Sendo que no Brasil a campanha do Movimento dos Trabalhadores sem-terra, “Fechar escola é crime”, não surtiu o efeito esperado. Apesar da Lei nº 12 960 de 27 de março de 2014, que obrigou a realização de consulta às comunidades antes do fechamento de escolas, levantamento realizado com base nos dados do INEP sobre o número de estabelecimentos de ensino na Educação Básica revela que, entre 1997 e 2018, foram fechadas quase 80 mil escolas no campo brasileiro, o que indica que escolas rurais seguiram sendo fechadas em grande quantidade.

Segundo as informações da Secretaria de Educação de Milagres- Bahia, o IDEB dos anos iniciais da rede municipal, em 2017, cresceu, mas não atingiu a meta de 6,0. O que coloca o município diante do desafio de garantir a elevação da aprendizagem dos estudantes e o fluxo escolar adequado.

Imagem 1: Foto da Escola



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Diante da pesquisa a moeda que foi encontrada na lagoa não encontram-se na comunidade mais porque foi achada pelos moradores há muitos anos atrás e esses moradores já morreram, mas ficou esse legado como marco predominante para a comunidade através de seus filhos e todos os moradores.

No que se refere a história do surgimento da comunidade onde aconteceu a pesquisa, ela nasceu a partir de uma moeda de dez centavos que foi encontrada em uma lagoa que existe na comunidade e foi através dessa moeda que os moradores na época deram o nome da comunidade, que passou a ser chamada Dez Reis.

A pesquisa foi feita na comunidade tendo um diálogo com todos participantes ouvindo cada traço da memória dos moradores e sendo uma imagem em minha mente a escola foi um dos espaços importante pra me e sempre será porque foi em aquele espaço que eu fui alfabetizada, além da alimentação, colegas, a gestão da escola, moradores. Durante a pesquisa conheci a história da comunidade, o período de construção da escola quanto seu surgimento.

A comunidade tem como religião predominante a fé católica e tem uma igreja católica com o nome do padroeiro da cidade, Nossa Senhora da Conceição. No âmbito da saúde, a comunidade tem um posto médico insolado que não funciona a muitos anos, obrigando a população a buscar atendimento médico na cidade. No que se refere à aquisição de gêneros alimentícios, na comunidade há um mercadinho onde as pessoas encontram produtos alimentícios e bebidas.

Na comunidade só tem uma escola (imagem 1), que foi fechada em 2010. Essa escola ofertava os anos iniciais do Ensino Fundamental e era multisseriada, onde fui alfabetizada. A escola é composta por duas salas, um banheiro e uma cozinha; o quadro é a giz e não tinha quadra esportiva. Entretanto, a despeito das limitações na infraestrutura da escola, o impacto causado com o fechamento dela foi negativo, pois os alunos que estudava na própria comunidade precisaram ser transferidos para outra escola que fica distante.

Imagem 2: Foto da Escola



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

As pessoas da comunidade se sentem abandonadas com a falta de efetivação de políticas públicas na oferta de serviços básicos como saúde, educação, lazer, moradia e trabalho. Essa omissão do poder público vem causando o esvaziamento da Comunidade Dez Reis ao longo do tempo. As mudanças nos modos de “ir e vir” e perda da qualidade de uma educação dos povos de campo são considerados impactos significativos e que alteram toda a dinâmica do modo de vida rural. Esses impactos ao contrário de serem ignorados, precisam vir à tona, de modo que os moradores sejam ouvidos e possam também entrar na luta por uma educação vinculada às suas escolhas de vida.

### **3. 2 Participantes da pesquisa**

Para conhecer a visão da comunidade sobre o fechamento da Escola Estadual dos Dez Reis do município de Milagres-Bahia, a pesquisa teve como participantes os moradores da comunidade que tiveram uma relação mais direta com a escola como os professores, ex-alunos e familiares. Pois, sendo sujeitos afetados diretamente pela descontinuidade das políticas públicas educacionais para as comunidades camponesas, favorecem ao pesquisados conhecer o problema numa perspectiva interna, no âmago da comunidade e como este fenômeno impactou negativamente nessa comunidade.

Diante da realização dessa pesquisa onde já foi escrita logo acima no início do texto no que se diz respeito a mim, também porque eu fui aluna da escola e toda trajetória de ensino

fundamental, no qual me fiz uma reflexão foi meio que um filme em relação a todas as memórias percorridas numa perspectiva da escola para construção da monografia.

### **3.3 Procedimentos e instrumento para levantamento de dados**

Os procedimentos metodológicos buscaram traçar os caminhos a serem trilhados pela pesquisadora, assim como definir o método que possibilitou a realização da pesquisa. Nesse sentido, foram escolhidas técnicas e normas de acordo com o tipo de estudo em curso, nesse caso a pesquisa participante. Lakatos e Marconi (2003) colocam que os procedimentos de uma pesquisa dizem respeito ao “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador” (LAKATOS & MARCONI, 2003. p. 83).

Nesse contexto, para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada a entrevista semiestruturada e a análise documental. Inicialmente, para compreender a percepção da comunidade a respeito do fechamento da Escola Estadual dos Dez Reis do município de Milagres-Bahia, foi realizada uma entrevista semiestruturada com professores, ex-alunos e seus familiares e moradores da comunidade. entrevista foi muito útil na pesquisa, pois permitiu fazer uma reflexão mais profunda a respeito do fenômeno estudado, possibilitando um exame mais detalhado da situação e problemas identificados. Assim, segundo Andrade (2003):

pode ter como objetivos averiguar fatos ou fenômenos; identificar opiniões sobre fatos ou fenômenos; determinar, pelas respostas individuais, a conduta previsível em certas circunstâncias; descobrir os fatores que influenciam ou que determinam opiniões, sentimentos e condutas; comparar a conduta de uma pessoa no presente e no passado, para deduzir seu comportamento futuro, etc. (ANDRADE, 2003. p. 146).

Desse modo, como a pesquisa teve como objetivo verificar um acontecimento, a entrevista constituiu-se uma importante técnica, uma vez que, possibilitou o fortalecimento dos laços entre o pesquisador e os sujeitos participantes. Também permitiu analisar como aconteceu o fechamento da escola na comunidade e a percepção dos seus sujeitos a respeito desse fenômeno.

Por último, objetivando analisar como a legislação de Educação do Campo trata o fechamento de escolas no campo, assim como, entender como esse processo está previsto nos documentos legais nacionais, foi realizada a análise documental que serviu como complemento

aos dados obtidos a partir da entrevista e das experiências da pesquisadora no contexto do fechamento da escola. Quanto à análise documental, Neves (1996) aponta que:

a pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar. Pode oferecer base útil para outros tipos de estudos qualitativos e possibilita que a criatividade do pesquisador dirija a investigação por enfoques diferenciados. Esse tipo de pesquisa permite o estudo de pessoas a que não temos acesso físico (distantes ou mortas). Além disso, os documentos são fontes não restivas e propícias para o estudo de longos períodos de tempo. (NEVES, 1996).

Desse modo, a análise documental permitiu estabelecer um diálogo entre o que está posto nos documentos legais e as falas dos participantes da pesquisa sobre o fechamento da escola do campo. Vale destacar que a análise documental aconteceu após a realização das entrevistas. Também, durante o processo de coleta de informações, foi definido o aporte teórico a respeito do tema, que forneceu as bases práticas para o desenvolvimento das atividades com os participantes e as bases teóricas para fundamentar a construção desta dissertação.

Os instrumentos e técnicas de pesquisa escolhidos para a realização da pesquisa contribuíram para o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla não apenas a respeito da visão da comunidade de Dez Reis a respeito do fechamento da escola, mas, também, sobre como a Educação do Campo vem sendo tratada nas políticas públicas nacionais, estaduais e municipais. A metodologia definida para a pesquisa serviu para compreender que é emergencial uma articulação das comunidades camponesas em prol da Educação do Campo que, por sua vez, movimenta temáticas como a garantia do acesso e permanência dos estudantes na escola em suas comunidades, discussão das temáticas referentes à reforma agrária, infraestrutura das escolas, oferta de serviços como saúde, trabalho, lazer, dentre outras questões imprescindíveis para a valorização dos modos de ser e viver no campo.

## **4 IMPLICAÇÕES DO FECHAMENTO DA ESCOLA ESTADUAL DOS DEZ REIS: A VISÃO DA COMUNIDADE**

### **4.1 Histórico da Escola Estadual dos Dez Reis.**

A Escola Estadual dos Dez Reis foi construída em 1962, na gestão do prefeito João Leão Sales, sendo a segunda escola estadual do município de Milagres. A escola atendia 45 alunos, das etapas Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Primeiro, iniciou funcionando no turno matutino, mas devido a demanda, passou a funcionar também no turno vespertino.

Com relação à quantidade de funcionários, a escola possuía dois professores, uma auxiliar de serviços gerais e uma coordenadora pedagógica, que atuava na Secretaria de Educação, situada na sede do município, e comparecia à escola a cada quinzena.

É importante destacar que não foi possível fazer um levantamento mais preciso do histórico da escola devido ao fato de não haver muitos registros disponíveis para consulta.

### **4.2 A visão da comunidade sobre o fechamento da Escola Estadual Dos Dez Reis.**

No processo de escrita da história da educação brasileira, a educação direcionada aos povos do meio rural<sup>1</sup> tratou as escolas desse espaço apenas como meras “escolinhas”, sem estrutura física e isoladas, cujo objetivo era apenas a oferta de uma educação compensatória e pautada no modelo urbanocêntrico de ensino. Como fruto do descaso do poder público com relação à educação do povo campestre, surge o processo de nucleação e fechamento de escolas do campo. Nesse contexto a nucleação acontece por meio do uso intensivo do transporte escolar e deslocamento de alunos desde suas comunidades para escolas com maior população, onde estes são reunidos em classes de acordo com sua faixa etária.

Dessa forma, o processo de nucleação das escolas do meio rural tem como pressuposto a reorganização do ensino nas escolas do campo em escolas-núcleo, contrapondo-se a organização em escolas multisseriadas, que nessa conjuntura são concebidas como prejuízo para a aprendizagem dos estudantes campestres. Nesse cenário, o fechamento ou nucleação de escolas do campo geralmente ocorre sem consulta adequada à comunidade, por meio de um discurso ancorado em argumentos frágeis e superficiais.

---

<sup>1</sup> A expressão meio rural usada no texto é utilizada como sinônimo de campo, remete ao espaço campestre como uma forma de não tornar a discussão repetitiva.

No que se refere à Escola Estadual dos Dez Reis, assim como centenas de escolas do campo, não há registro de consulta à comunidade para proceder ao fechamento da escola. Conforme as informações levantadas com a pesquisa, a comunidade tem uma visão negativa a respeito do fechamento da escola, pois na comunidade há uma criança deficiente e não pode se locomover para outra escola, visto que os transportes não são adaptados para acomodar pessoas com problemas de mobilidade. Assim, na concepção das pessoas da comunidade *“se a escola estivesse funcionando, seria melhor para a vida da criança e para os pais dela seria a uma vitória para o desenvolvimento da criança”*, (Dona Jurema<sup>2</sup>, mãe de aluno).

Nesse contexto, os argumentos usados para ‘justificar’ o fechamento e nucleação de escolas no campo não levam em consideração as especificidades dos sujeitos camponeses, nem tampouco valorizam os significados sociais, políticos, econômicos e culturais que a escola do campo possui para seus sujeitos. A pesquisa evidenciou que na visão da comunidade, ter a escola próxima às suas residências se constitui direito e efetivação de políticas públicas, pois a escola situada no lugar de vivência dos estudantes acolhe as trajetórias de vida dos sujeitos que compõem a escola. O que denuncia que o fechamento da Escola Estadual dos Dez Reis foi feito sem uma reflexão ou diálogo sobre os impactos desse processo na comunidade, tanto no que se refere à aprendizagem dos estudantes, quanto no que se relaciona com a fragilização da comunidade com a perda da escola.

Em relação as políticas de transporte, no período que eu iniciei. alguns iriam para escola andando, como já trouxe no texto, com o passar dos anos foi que tinham transporte para fazer o trajeto da casa onde moravam até a escola.

O Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8069/90, no inciso V, art.53, prevê o “acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica”, entretanto, nos últimos anos, tem se efetivado uma política de desmonte da escola e da Educação do Campo, com a desterritorialização de centenas de estudantes camponeses. Visto que, o processo de traslado dos alunos do campo para a cidade quebra o vínculo com seu território, seus costumes e cultura. Com isso não se quer dizer que o objetivo da Educação do Campo é a fixação das pessoas no campo, mas a luta por uma política de educação nas comunidades camponesas está associada à garantia de direitos e ao processo de construção de uma educação de qualidade que favoreça a escolha entre ficar ou sair do campo.

---

<sup>2</sup> Os nomes atribuídos aos participantes da pesquisa são fictícios.

Entretanto, apesar das conquistas dos movimentos sociais, das resoluções e decretos instituídos, a escolarização dos povos do campo é um direito que vem sendo historicamente negado em nosso país, concretizados com o fechamento de escolas do campo, ensino oferecido de forma precária e descontextualizada que não atende as especificidades do campo e de seus alunos, salas multisseriadas, bem como, materiais didáticos desconexos da realidade do campo, que leva à desvalorização da educação do campo e de seus povos, reproduzindo, dessa maneira, a escola urbana no campo. Isto é, muda-se o cenário e prevalece o currículo repleto de ideologias urbanas, estando a educação rural no Brasil, conforme ressalta Leite (1999), sempre relegada a planos inferiores, enquanto se considera a educação urbana como prioridade. Na fala da entrevistada ela diz “comecei trabalhar em 97 até 2010, quando fechou a escola fechou o município deu por falta de aluno mas foi mesmo para tirar o seriado mudar os alunos pro outro colégio outra comunidade”, (professora da Escola Orquídea).

Nessa conjuntura, entre a negação de direitos e subordinação das classes populares ao ideário educacional urbanocêntrico, desconsidera-se o Decreto nº 12.960, de 27 de março de 2014, que faz constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Neste decreto fica expresso que para qualquer ação de nucleação ou fechamento de escolas deve-se levar em consideração o posicionamento da comunidade, havendo qualquer objeção por parte das pessoas da comunidade não deverá proceder à nucleação ou fechamento de escolas em comunidades do campo, indígenas e quilombolas.

Nessa perspectiva, a escola terá tanto mais lugar no projeto político e pedagógico da Educação do Campo se não se fechar nela mesma, vinculando-se com outros espaços educativos, com outras políticas de desenvolvimento do campo e com a própria dinâmica social em que estão envolvidos os seus sujeitos.

“A visão da comunidade sobre a visão quanto o fechamento da escola é que a escola voltasse a funcionar”, (Moradora da comunidade). Ela também traz em sua fala que escola fechada é “comunidade vazia”.

Nessa direção, a entrevista realizada com as pessoas da comunidade evidenciou que a ausência da escola é uma realidade que impõe inúmeros desafios aos estudantes para concluírem a educação básica, pois o deslocamento diário para outra escola, longe de suas residências, causa fadiga, desconforto e desânimo para realizarem as atividades quando chegam em casa. Outro aspecto que as famílias associam ao fechamento da escola é o aumento da migração para a cidade, uma vez que fica mais cômodo para as crianças estudarem. Desse modo, ao investigar sobre a visão da comunidade a respeito do fechamento da escola

identificamos que há a necessidade do fortalecimento da defesa da escola na comunidade do estudante porque não basta o estudante frequentar a escola, mas ele precisa encontrar sentido no processo de ensino e ter acesso à educação e à escola de maneira digna e confortável. Dessa forma, as longas viagens não respeitam a legislação nem o princípio do bem-estar das crianças e adolescentes previstos no ECA, pois além de cansativas, as idas e vindas elevam o risco à vida das crianças e jovens.

#### **4.3 Consequências educacionais provocadas pelo fechamento da Escola na comunidade dos Dez Reis**

Ao longo do tempo o poder público vem deixando de garantir escolas com infraestrutura adequada, materiais didáticos e pedagógicos, profissionais habilitados para atuar nesse espaço e políticas públicas que garantam o acesso e permanência dos estudantes à escola e em sua comunidade. Nessa direção, a educação dos povos do meio rural vem sendo ofertada conforme realidades distintas ou paradigmas urbanos, desarticuladas das especificidades do contexto social do povo campesino. Essa situação vem gerando um contexto de exclusão dos sujeitos campesinos do sistema educacional, uma vez que, o processo de fragilização da educação do povo campesino intensifica o fechamento e nucleação das escolas campesinas.

A nucleação de escolas localizadas no campo e o deslocamento para escolas distantes da sua comunidade favorecem a desvinculação dos sujeitos da sua forma de viver e da sua cultura, de suas raízes. “A infância do campo tem suas especificidades. Especificidades étnicas, de raça, de gênero, de classe. Especificidades dentro das diversas formas de produção, dos diversos povos do campo” (ARROYO, 2006. p. 107). Assim, o povo campesino é formado por sem terras, quilombolas, ribeirinhos, que possuem suas próprias histórias, lutas e cultura de homem do campo que possuem especificidades na forma de viver, pensar e se organizar que precisam ser respeitadas no processo educacional.

Nesse contexto, é necessário considerar a importância da escola na comunidade para além da escolarização, mas reconhecer a escola como espaço de socialização e de fortalecimento da identidade do povo do campo. Ao indagar a respeito da importância da escola para os estudantes da comunidade, Dona Acácia, moradora da comunidade, respondeu que:

*Nós não queríamos que a escola fechasse; que nossas crianças ficassem sem escola; a escola é importante para a formação de meus filhos. Minha foi estudante e depois*

*se tornou professora da escola. E seria melhor para a minha netinha se a escola estivesse funcionando, como ela é deficiente seria bem mais fácil estudar perto de sua casa, sem precisar pegar transporte.*

Assim, podemos observar que o relato da moradora ressalta que os alunos que moravam na localidade tiveram que ser transferidos para outra localidade onde ficavam mais distante, o que ocasionou a perda do acesso à escola na sua comunidade. A fala da moradora evidencia os prejuízos que o fechamento de uma escola pode acarretar para os estudantes das comunidades rurais; concomitante a isso, denuncia a negação do direito a educação aos estudantes do campo no local onde vivem e a expropriação do capital traduzido no discurso de orçamento insuficiente, necessidade de corte de gastos, insuficiência de fundos monetários para financiar as políticas educacionais para o povo campestre.

Nesse contexto, para resistir contra o processo de fechamento de escolas do campo, há a necessidade de reorganização da educação das comunidades campestres a partir de suas especificidades socioculturais e o reconhecimento da identidade das escolas desse espaço. Assim, a luta contra esse processo, exige pensar políticas públicas de desenvolvimento do campo e formas de construção de uma sociedade capaz de superar as desigualdades entre regiões e que tenha como foco um processo educacional que capacite as pessoas a se reconhecerem como sujeitos de direitos e sejam capazes de lutar por eles.

#### **4.4 Consequências provocadas na pelo fechamento da escola na comunidade**

Pensar sobre o projeto de Educação do Campo exigido pelos movimentos sociais, revela a emergência da efetivação de políticas públicas que assegurem não apenas o acesso do estudante à educação, mas acesso e permanência na escola em sua comunidade, considerando a pluralidade sociocultural dos povos campestres. Entretanto, a forma como a história da educação dos sujeitos do campo vem sendo construída, percebemos um “processo de engendramento das políticas públicas na área específica da Educação do Campo, demonstrando as marchas e contramarchas na relação Estado e sociedade civil organizada do campo”, (MUNARIM, 2011. p. 01).

Essa situação revela que a Educação do Campo, no contexto das políticas públicas, precisa ser conduzida por uma gestão democrática considerando os sujeitos como atores sociais e capazes de participar ativamente no processo de tomada de decisão e transformação de sua realidade.

Nesse contexto, a pesquisa evidenciou que a comunidade se sente abandonada pelos órgãos municipais. O fechamento da escola acarretou *“a migração das pessoas do campo para cidade em busca de melhoria de vida. Sentimos falta de políticas públicas; as pessoas que migram para a cidade estão em busca de trabalho, de formas para ter uma vida melhor”*, (Dona Margarida, moradora da comunidade).

Desse modo, a Comunidade Dez Reis teve um grande esvaziamento, mudanças nos modos de “ir e vir” e perda da qualidade da uma educação para seus estudantes, pois o fechamento da escola alterou toda a dinâmica do modo de vida na comunidade. Esses impactos ao contrário de serem ignorados, precisam vir à tona, de modo que os moradores sejam ouvidos e possam também entrar na luta por uma Educação vinculada às suas escolhas de vida. Segundo Caldart (2004), o descaso com a educação dos povos do campo, está associado à diminuição dos horizontes políticos e educacionais para os povos do campo, o qual reflete a visão pessimista de campo e da Educação do Campo embasada na crença de que “para mexer com a enxada ou cuidar do gado não são necessários nem letras nem competências. Não é necessária a escola”, (CALDART, 2004 p. 149).

Comprometidos com a desconstrução dessa visão estereotipada e negacionista da Educação do Campo, os movimentos sociais reivindicam a efetivação de políticas públicas que garantam o direito dos estudantes ao acesso e a permanência na escola em sua comunidade, construção de propostas específicas das escolas do campo e um sistema educacional pensado para além educação bancária e dos pressupostos urbanos.

#### **4.5 Os principais aspectos apontados pela comunidade em relação ao fechamento da escola.**

A Escola Estadual dos Dez Reis foi fechada em 2010; essa decisão foi tomada em reunião com o diretor, coordenador, gestor municipal e vereadores, na cidade de Milagres. A comunidade foi informada sobre o fechamento e os funcionários foram transferidos para outra escola em outra comunidade. A causa apontada para o fechamento foi a quantidade de alunos, mas os entrevistados disseram que isso aconteceu para acabar com o multisseriado na escola. Assim, mesmo a escola sendo fundamental na comunidade não houve resistência ou mobilização das famílias, dos funcionários e dos estudantes.

Nesse sentido, no cerne do desmonte das políticas públicas da Educação do Campo, constatamos que um dos argumentos usados pelo poder público para justificar o fechamento e nucleação de escolas do campo é a organização do ensino em classes multisseriadas, que são

vistas como algo negativo, “uma anomalia do sistema, uma praga que deveria ser exterminada”, (SANTOS; MOURA, 2012. p. 35).

Idealizadas dessa forma, as classes multisseriadas parecem um problema, visto que impõem desafios aos professores e à direção da escola; no entanto, a existência dessas turmas significa, na maioria dos casos, a solução para sobrevivência da escola no meio rural, onde o aluno pode estudar sem deslocar-se para a cidade ou grandes distâncias para outra comunidade.

Nessa conjuntura, “[as] escolas multisseriadas oportunizam aos sujeitos o acesso à escolarização em sua própria comunidade, fator que poderia contribuir significativamente para a permanência dos sujeitos no campo, com o fortalecimento dos laços de pertencimentos [...]”, (HAGE, 2006. p. 05). Nesse contexto, a diferença está em como o professor delinea sua prática pedagógica, uma vez que, ao contrário de adotar um trabalho pautado unicamente no livro didático e para alunos de uma única turma, o professor desenvolve uma prática que agrega todos os alunos.

A atuação dos movimentos sociais e entidades civis em busca da construção de um novo entendimento da educação campesina ganhou forças ao longo do tempo e a partir dos anos 90 a educação do povo do campo é amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, onde no Art. 28, dispõe que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Este artigo da LDB 9394/96 preconiza a garantia do respeito às especificidades culturais e regionais da educação do campo, entretanto, nas últimas décadas, dentro da lógica mercadológica/neoliberal, a Educação do Campo representa um atraso para educação do país na medida em que apresenta indicadores educacionais que tem se distanciado das metas estabelecidas pela conjuntura internacional. E nesse contexto o fechamento de escolas do campo têm ocorrido predominantemente sem um diálogo com as comunidades rurais, gerando conflitos nas e entre as comunidades.

Assim, o fenômeno fechamento e nucleação das escolas campesinas, com o deslocamento dos estudantes para outras comunidades é apresentado como estratégia para

economizar recursos no transporte escolar, na merenda, dentre outros aspectos. Segundo pesquisas de Paulo Alentejano e Tássia Cordeiro, no período de 1997 a 2018, a Bahia foi o Estado do Nordeste que mais fechou escolas do campo<sup>1</sup>, com 12.815 mil escolas fechadas. A esse respeito Arroyo (1999) escreve que:

A solução me parece que não é tirar as crianças de seu lugar e levá-las para outro lugar. A famosa nucleação de escolas. (...) Porque a escola tem que estar vinculada às raízes de suas vivências, de sua família, de sua experiência completa. A escola tem que estar colada às raízes mais imediatas das vivências de infância. Não podemos fazer da escola uma espécie de supermercado. A questão é que a educação fundamental, se estiver colada ao cotidiano da vivência das crianças, tem que estar no lugar onde a criança vive, se produz e reproduz. Criar escolas-núcleo, distantes dos espaços de vivência da criança, desarraiga, tira da raiz. (ARROYO, 1999. p. 42-43).

Nesse sentido, Arroyo esclarece que a manutenção da escola no local onde o estudante vive é fundamental enquanto espaço agregador que favorece a sobrevivência da vida “em comunidade”. Desse modo, o fechamento da “escola da comunidade” causa prejuízos nas referências socioculturais das pessoas que ali vivem, suscitando o sentimento de que seu local de vivências está sendo violado e acabando aos poucos. Essa realidade confirma que a escola do campo não é apenas uma instituição de ensino, mas espaço onde confluem vivências, experiências e modos diversos de ver e viver o mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se compreender e analisar a visão da comunidade sobre o fechamento da escola Estadual do Dez Reis – Milagres – BA. A análise de dados apontou que o fechamento dessa escola teve implicações negativas para a comunidade. A escola foi construída em 1962 e funcionou até 2010, quando foi fechada. Dentre as implicações apontadas pelos sujeitos da pesquisa destacamos aqui: as consequências educacionais provocada pelo fechamento da escola quanto ao acesso dos moradores à escolarização; Distanciamento da escola com as famílias; durante o processo da pesquisa venho falar de me também que fui fruto do processo de escolarização quanto o funcionamento da escola; desarraigamento cultural e indenitário dos alunos; distância percorrido em transporte escolar dos estudantes que prejudica a aprendizagem; “fechamento” da comunidade, ocasionando a migração dos estudantes e moradores para cidade, colocando em risco a própria existência da comunidade, pois não existe comunidade sem escola funcionando.

Como considerações apontamos que resistir contra o processo de fechamento de escolas do campo, implica a necessidade de reorganização da educação das comunidades campesinas a partir de suas especificidades socioculturais e o reconhecimento da identidade das escolas desse espaço.

Por fim, ressalto que, dado a abrangência, importância e complexidade da temática abordada nessa monografia, a continuidade e aprofundamento da mesma é de extrema necessidade no município de Milagres-Ba, onde fechamento de escola no campo vem crescendo. Tal desafio poderá ser enfrentado em futuros estudos e/ou trabalhos científicos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARROYO, M. G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, M. G. FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, 2).

ARROYO, Miguel. **Por Uma Educação do Campo**. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Monica Castagna (org.). 2a Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2005.

BENJAMIN, César e CALDART, Roseli Salet. **Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo**. V.3. Brasília, 1999.

BICALHO, Ramofly; GUIMARAES, F. O. Desafios da Educação do Campo: Fechamento das escolas do campo no Brasil. In: Ramofly Bicalho. (Org.). **Possíveis Interfaces entre Educação do Campo, Educação Popular e Questões Agrárias**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017, v. 1, p. 129-158.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 20.08.2021.

BRASIL. **Lei Nº 12.960, De 27 de Março de 2014**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília: Palácio do Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112960.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112960.htm).

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB 1 de 01 de abril de 2002. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13800-ceb001-02-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-ceb001-02-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Palácio do Planalto, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 16.08.2021.

CALDART, R. S. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. Texto preparado para Aula Inaugural do semestre do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral, realizada em 9 de março 2020. Disponível em <<https://olhoscriticos.files.wordpress.com/2020/03/artigo->

func3a7c3a3o-social-das-esc.-do-campo-e-desafios-educac.-do-nosso-tempo-roseli-s.-caldart.pdf>. Acessado em 10 de setembro de 2020.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G., CALDART, R.S., MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2009.

COSTA, J. P. Reis. ETGES, V, E. VERGUTZ, C. L. B. **A Educação Do Campo E O Fechamento Das Escolas Do Campo**. Disponível em: file:///C:/Users/1645465/Downloads/14901-11581-1-PB.pdf. Acesso 12 de setembro de 2021.

FREITAS, Helena Célia de Abreu. Rumos da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v.24, n. 85, p. 51-63, abr. 2011

GONÇALVES, G.B.B. Nucleação das escolas rurais. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010

HAGE, S. M. Classes Multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg, 2006.

KREMER, A. A nucleação escolar e o processo de desenraizamento nas comunidades rurais do município de Bom Retiro/SC. In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S. A. B.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (orgs.) **Educação do Campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas**. Florianópolis: Insular, 2011.

LEITE, S.C. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n, 85, p. 17-31, 2011.

SÁ, Lais Mourão; MOLINA, Mônica Castagna; BARBOSA, Anna Izabel Costa. A produção do conhecimento na formação dos educadores do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 5-7, abr. 2011.

MUNARIM, A. Educação do Campo e políticas públicas: controvérsias teóricas e políticas. In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S. A. B.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (orgs.). **Educação do Campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas**. Florianópolis: Insular, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAIA, M. C. Z. AS ESCOLAS MULTISSERIADAS COMO POSSIBILIDADE DE CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Periferia**, v. 13, n. 1, p. 196-216,

jan./abr. 2021. Disponível em <\_file:///C:/Users/1645465/Downloads/55833-208422-1-PB.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2022.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 24. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades**. Cadernos de Pesquisa em Administração, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: [https://www.academia.edu/8171621/PESQUISA\\_QUALITATIVA\\_CHARACTER%C3%8DSTICAS\\_USOS\\_E\\_POSSIBILIDADES](https://www.academia.edu/8171621/PESQUISA_QUALITATIVA_CHARACTER%C3%8DSTICAS_USOS_E_POSSIBILIDADES). Acesso em: 20 nov. 2020.

OLIVEIRA, P. de S. **Caminhos de construção da pesquisa em Ciências Humanas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva et al. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. **Educação & Realidade** [online]. 2017, v. 42, n. 02 [Acessado 17 Dezembro 2022], pp. 707-728. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623657687>>. Epub 23 Feb 2017. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623657687>.

SANTOS, F.J.S. dos; MOURA, T. V. Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. In: ANTUNES –ROCHA, M. I; HAGE, S. M. (orgs.) **Escola de direito: reivindicando a escola multisseriada**. – 2 Ed. – Belo Horizonte: Editora Gutemberg, 2012.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.